



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 09/06/2022

CRAGS  
Conceição de Maria Lage Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

FABIO NAO  
para relatar.

Em 22/06/22

Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça

HP  
Antonio Henrique de Carvalho Pires  
Presidente da CCJ



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER**

INDICATIVO DE PROJETO DE LEI 10/22 ENCAMINHADO ATRAVÉS  
DE PROPOSIÇÃO DO **DEPUTADO SEVERO EULÁLIO**, QUE:

**EMENTA:** INSTITUI A  
ESTERILIZAÇÃO DE CANINOS E  
FELINOS COMO FUNÇÃO DE SAÚDE  
PÚBLICA E MÉTODO OFICIAL DE  
CONTROLE POPULACIONAL E DE  
ZONÓSES, ASSIM COMO GARANTE A  
ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE PODER  
PÚBLICO ESTADUAL E MUNICIPAL,  
ENTIDADES PRIVADAS E A PRÓPRIA  
SOCIEDADE CIVIL PARA ESTA  
FINALIDADE NO ÂMBITO DO ESTADO  
DO PIAUÍ E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: Deputado **FÁBIO NÚÑEZ NOVO**.

**1 – RELATÓRIO**

Trata-se de Mensagem de autoria do **Deputado Severo Eulálio** que institui a esterilização de caninos e felinos como função de saúde pública e método oficial de controle populacional e de zoonoses, assim como garante a atuação conjunta entre Poder Público Estadual e Municipal, entidades privadas e a própria sociedade civil para esta finalidade no âmbito do Estado do Piauí e dá outras providências.

Essa Lei autoriza o Poder Executivo Estadual, nesta data, proceder aos registros necessários nos livros próprios do órgão competente.

Eis o relatório.

**2 – VOTO DO RELATOR**

Sendo assim, passo a emitir parecer conforme determina os artigos 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno da Casa.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**

Logo, verifico que a iniciativa dessa proposição ocorreu em conformidade com o art. 75 da Constituição Estadual, *não havendo, portanto, vício de iniciativa.*

Devo ressaltar que não encontrei, nesse caso, inobservância aos princípios constitucionais previstos na Carta da República e na Constituição do Estado do Piauí.

Diante do exposto, manifesto-me pela aprovação dessa proposição em razão de sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

Este é o meu parecer.

**3 – PARECER DA COMISSÃO**

Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão.

Em discussão, em votação:

- a) Pela aprovação
- b) Pela rejeição

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Teresina, 20 de Setembro de 2022.

  
Deputado **FÁBIO NÚÑEZ NOVO**  
Relator

